



# Água e Saneamento: desafios para a universalização do acesso no Brasil

Ana Lucia Britto

Professora Associada UFRJ



# ODS 6: Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

- **6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos**
- 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade
- 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente
- 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
- 6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
- 6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
- 6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados a água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
- 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

# ODS 6: Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

Relação direta: ODS 3 – assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos em todas as idades.

Melhores condições de saneamento, especialmente para as populações mais pobres, poderiam resultar em uma melhoria do quadro de saúde da população; doenças diarreicas, enteroparasitoses e melhor controle das doenças transmitidas por vetores, tais como a tríplice epidemia.

Relação Indireta: ODS 4- a assegurar educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Acesso à água e à instalações hidrosanitárias adequadas nas escolas tem impacto no funcionamento das unidades escolares e no processo de ensino/ aprendizagem





# Acesso à água e ao saneamento no Brasil

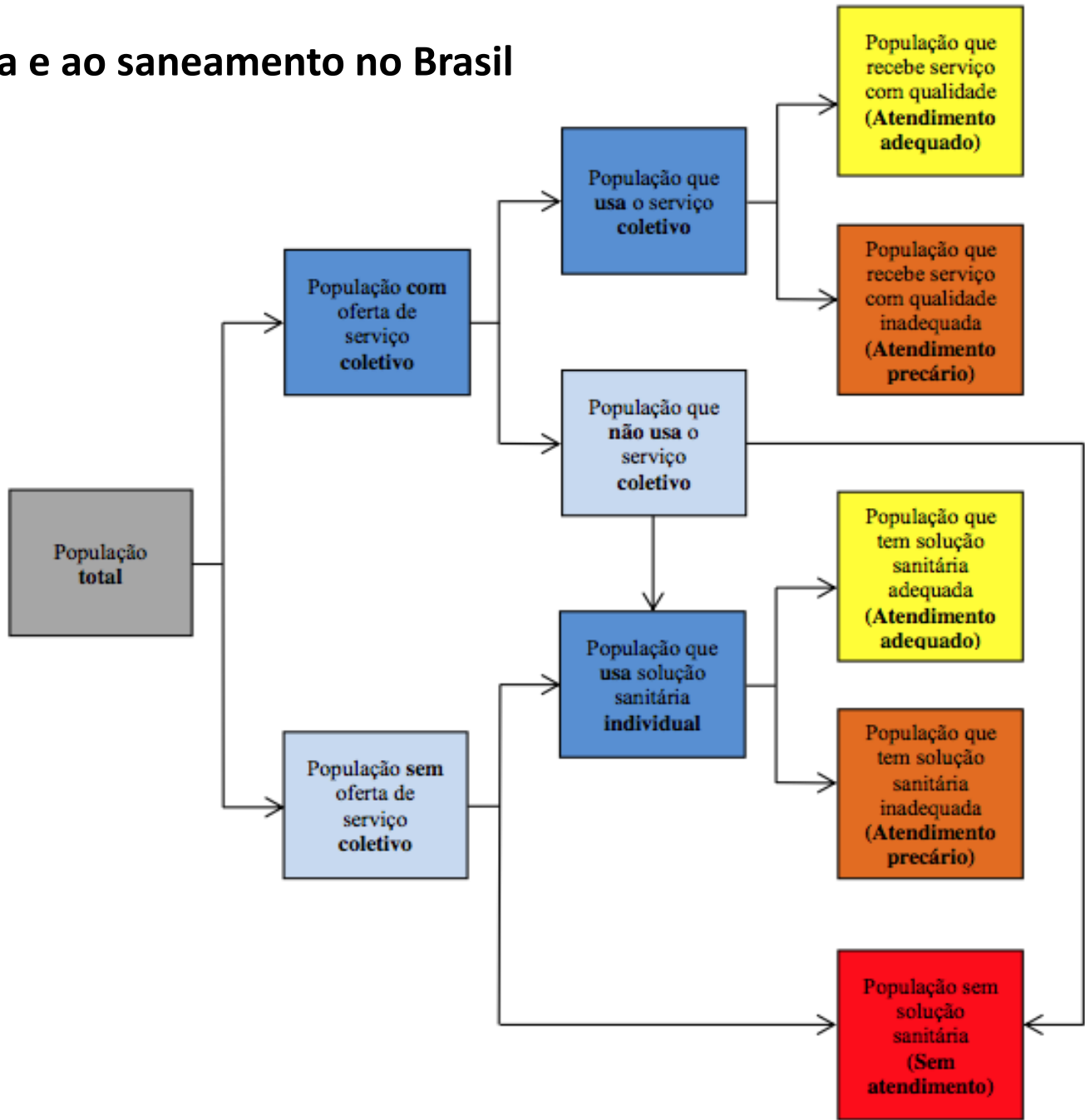


Figura 4.1. Conceito de déficit em saneamento básico adotado no Plansab.

Componente <sup>(1)</sup>	Atendimento adequado	Déficit	
		Atendimento precário	Sem atendimento
Abastecimento de água potável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecimento de água potável por rede de distribuição ou por poço, nascente ou cisterna, com canalização interna, em qualquer caso sem intermitências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dentre o conjunto com fornecimento de água por rede e poço ou nascente, a parcela de domicílios que: <ul style="list-style-type: none"> <li>- não possui canalização interna;</li> <li>- recebe água fora dos padrões de potabilidade; e</li> <li>- tem intermitência.</li> </ul> </li> <li>• Uso de cisterna para água de chuva, que forneça água sem segurança sanitária e, ou, em quantidade insuficiente para a proteção à saúde.</li> <li>• Uso de reservatório abastecido por carro pipa.</li> </ul>	Todas as situações não enquadradas nas definições de atendimento e que se constituem em práticas consideradas inadequadas <sup>(3)</sup> .
Esgotamento sanitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coleta de esgotos, seguida de tratamento.</li> <li>• Uso de fossa séptica<sup>(2)</sup>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coleta de esgotos, não seguida de tratamento.</li> <li>• Uso de fossa rudimentar.</li> </ul>	

População e domicílios com atendimento adequado e com déficit, por componente do saneamento básico no Brasil, em 2017, segundo conceito adotado no Plansab

Componente	Atendimento Adequado	Déficit	
		Atendimento Precário	Sem Atendimento
Abastecimento de água	57,7%	39,6%	2,7%
Esgotamento sanitário	48%	48,7%	3,3

Base de cálculo PNAD contínua e SNIS 2016 ( interrupções e paralisações no abastecimento de água)

Fonte: Plansab versão revisada 2019

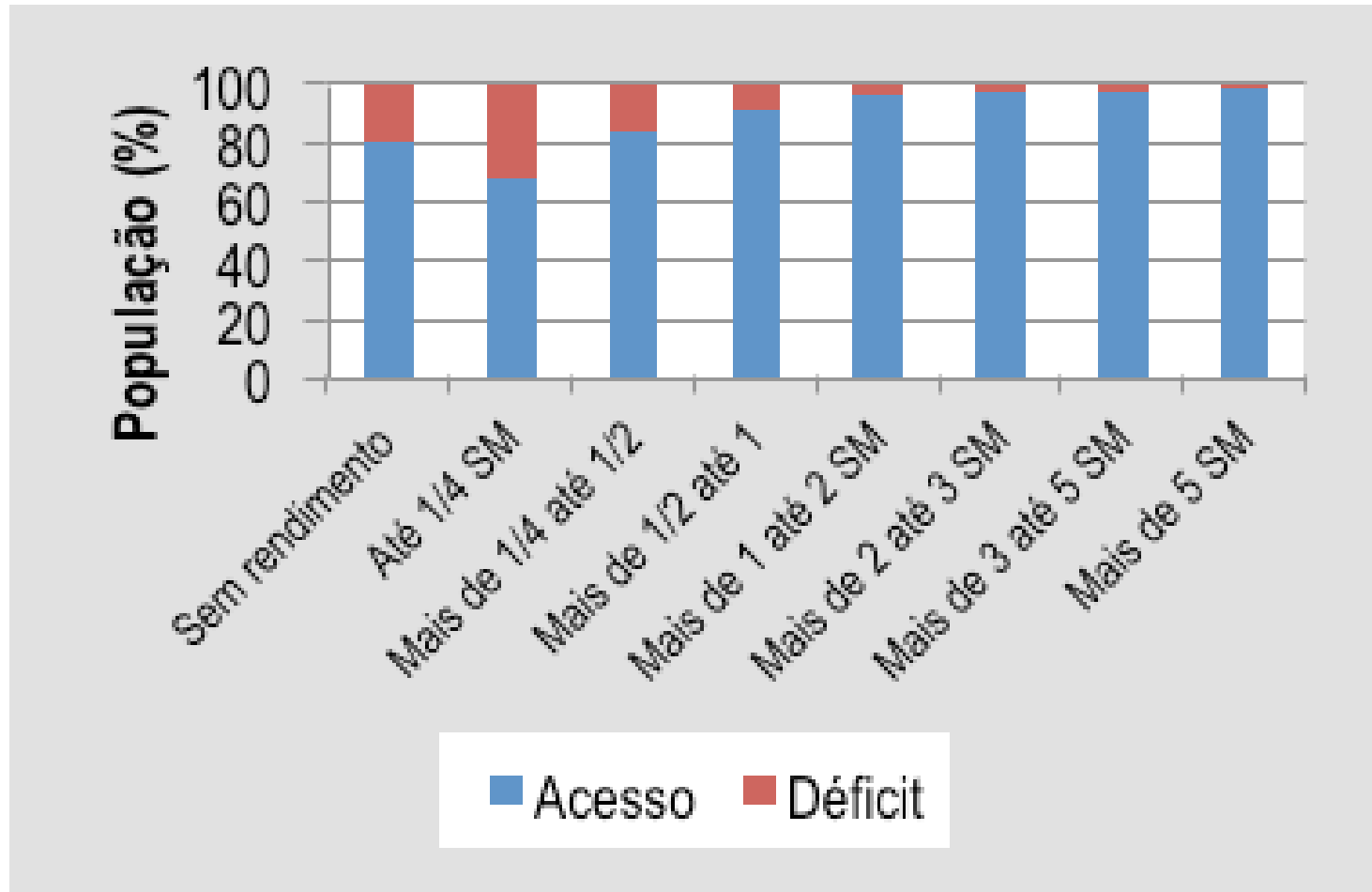


# Onde está o déficit de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Na região Norte que possui 11% dos domicílios com atendimento por poço ou nascente sem canalização interna. Em termos absolutos a macrorregião Nordeste é a que possui o maior déficit de atendimento, verificado em 2,1 milhões de domicílios.

Com relação ao déficit de acesso à esgotamento (afastamento por fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outro destino), a macrorregião Norte é a que possui o maior percentual de domicílios com precariedade no atendimento (38,3%). Em termos absolutos a macrorregião Nordeste é a que possui o maior déficit de atendimento, verificado em 5,6 milhões de domicílios. [SEP] (Plansab versão revisada 2019)

# Onde está o déficit de abastecimento de água



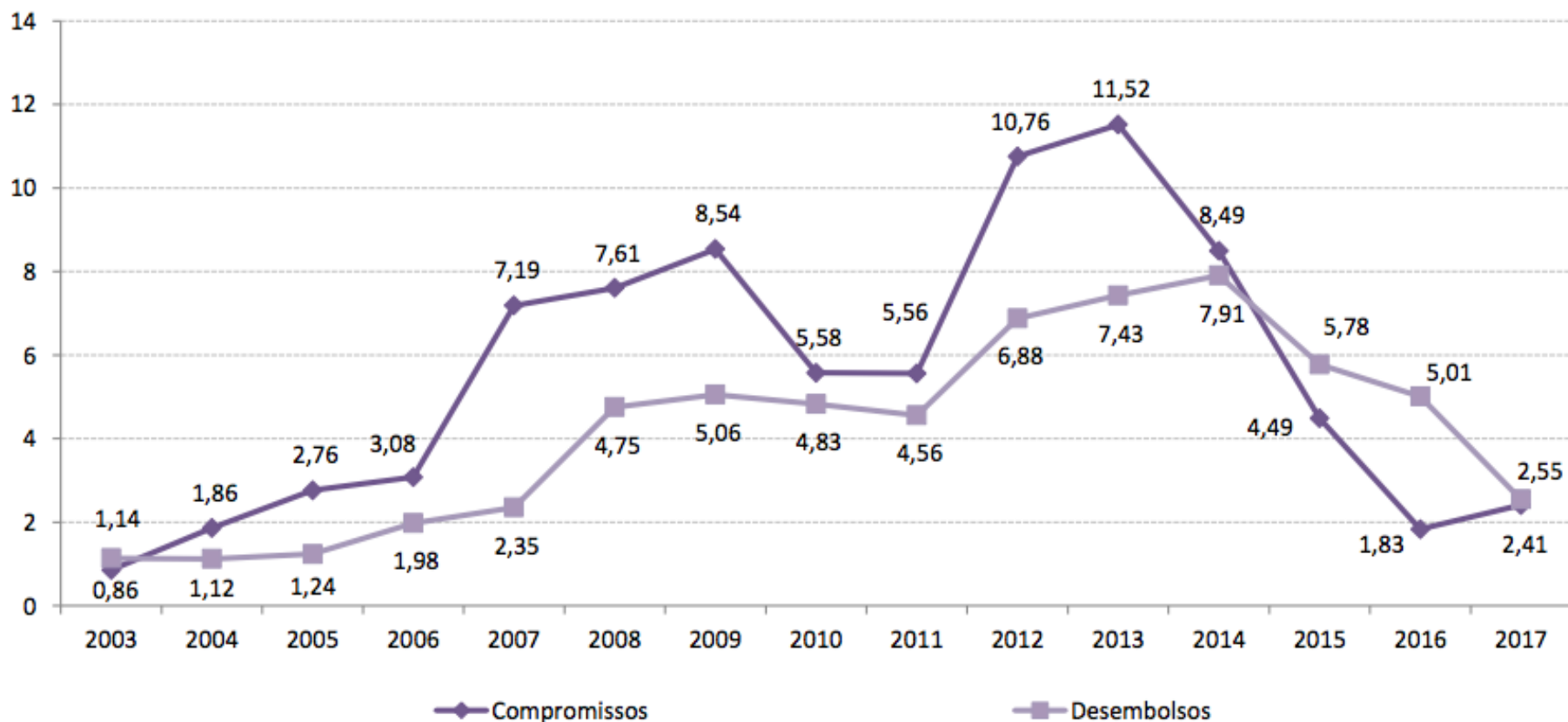
**Aproximadamente 70% da população que compõe o déficit de acesso ao abastecimento de água – possuem renda domiciliar mensal de até ½ salário mínimo por morador.**

# A política pública de saneamento:

- O campo do saneamento requer muita estabilidade para superar os significativos déficits de atendimento populacional.
- Um ciclo na organização da política pública - um prazo de diversos anos para que se estabeleça um ambiente político, financeiro e institucional capaz de resultar no aumento da proporção com acesso a serviços adequados.
- O longo prazo do ciclo dos projetos – entre a tomada de decisão; o acesso efetivo e os impactos em indicadores sociais.

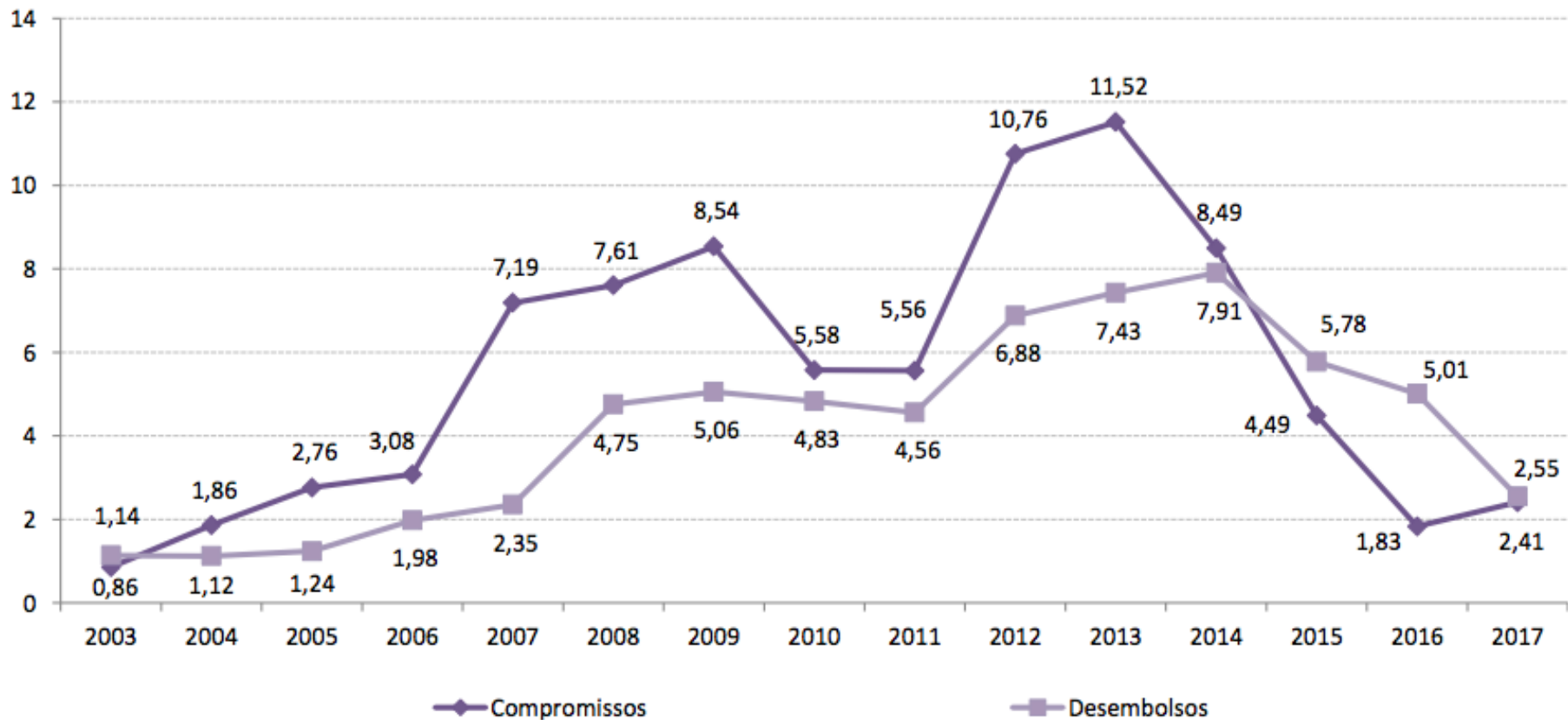
# Um ciclo virtuoso ( 2003-2014)

- A criação do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Saneamento.
- As Conferências Nacionais das Cidades.
- A instituição do Conselho Nacional das Cidades
- A Lei 11.445/2007 e seu decreto de regulamentação reorganizando o setor e introduzindo a obrigatoriedade do planejamento, da regulação e do controle social, base necessárias para uma política pública de longo prazo
- Os investimentos do PAC e do Programa Água para Todos



Recursos não onerosos. Compromissos e desembolsos em iniciativas de saneamento, 2003 – 2017 (em bilhões de reais).

Fonte:: Plansab versão revisada 2019



Recursos onerosos. Investimentos comprometidos e desembolsados, 2003 - 2017 (em bilhões de reais).

Fonte:: Plansab versão revisada 2019

# Impasses no investimento

- O Plansab, de 2013, estabeleceu metas de ampliação de acesso e estimou os investimentos necessários para se avançar rumo à universalização do acesso aos serviços até 2033, considerando a evolução da demanda bem como o déficit existente.
- Os investimentos totais, incluindo todas as fontes, anuais necessários estimados seriam maiores para o primeiro subperíodo 2014-2018 (R\$ 17,5 bilhões), reduzindo para R\$ 16,1 bilhões no subperíodo 2019-2023 e para R\$ 13,6 bilhões no último subperíodo de 2024-2033 (Plansab, 2013)
- Dados do SNIS mostram que, em 2014, 2015 e 2016 e 2017, os valores investidos pelos prestadores também ficaram abaixo do indicado pelo Plansab, sendo respectivamente de 12,2 bilhões; 12,1 bilhões e 11,5 bilhões e 10,96 bilhões, em comparação com um valor previsto de 16,1 bilhões para o subperíodo 2014-2018

# Um período de retrocesso ( a partir de maio de 2016)

Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos.

Demonte da estrutura de controle social da política pública – Conselho Nacional das Cidades

“Dados divulgados recentemente revelam aumento das taxas de mortalidade infantil no Brasil pela primeira vez em 26 anos. Esse aumento, que pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a epidemia de zika e a crise econômica, é motivo de muita preocupação, especialmente com as restrições orçamentárias para o sistema público de saúde e outras políticas sociais, que comprometem severamente os compromissos do Estado brasileiro de garantir direitos humanos para todos, especialmente para crianças e mulheres”



# O Cenário atual: perspectivas para agenda 2030

A conjuntura atual aponta para direções preocupantes e não para o cumprimento das metas nacionais e globais de acesso à água potável e ao esgotamento sanitário

## Quais os caminhos?

Esforços de proposição de uma agenda para o têm sido recorrentes, seja a partir de entidades da sociedade civil, do governo federal, por meio dos planos plurianuais e de programas, ou da própria academia. Um mosaico de propostas, com convergências e divergências.

# Quais os caminhos?

Aperfeiçoar a organização e qualificação dos órgãos federais relacionados ao tema, fortalecimento de sua coordenação e da prática intersetorial e promoção de sua adequada capilarização.

Reenquadrar o marco legal que orienta a gestão do saneamento, fortalecendo a concepção do saneamento como direito social.

Ampliar a disponibilização de recursos públicos, inclusive não onerosos, fortalecendo aqueles entes institucionais com maior fragilidade, seja em função do porte populacional ou ainda por abrigar contingente expressivo de população em situação de pobreza. Simplificar processos requeridos para acesso de recursos públicos federais.

Aprofundar na superação do déficit democrático do setor, resgatando o papel do Conselho das Cidades e a realização das conferências das cidades.

Perseguir na ênfase ao planejamento, qualificando as experiências municipais e organizando rede de avaliação dos planos municipais de saneamento básico, visando aperfeiçoá-los e torná-los o instrumento efetivo a orientar as políticas públicas municipais de saneamento.

Assumir claramente a defesa do modelo de gestão pública.



[https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/2\\_Leo%20Heller%20et%20al\\_saneamento.pdf](https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/2_Leo%20Heller%20et%20al_saneamento.pdf)

Saneamento como política pública:  
um olhar a partir dos desafios do SUS



OBRIGADA !